



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 545353 - MG (2019/0339761-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : CRISTIANO HENRIQUE DE OLIVEIRA
ADVOGADO : CRISTIANO HENRIQUE DE OLIVEIRA - MG113053
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOSE EDSON MARTINS (PRESO)
CORRÉU : JEFFERSON ROSSINI MACIEL
CORRÉU : MAURICIO NUNES MARTINS
CORRÉU : JORGE LUIZ MARTINS FILHO
CORRÉU : WELLINGTON GUSTAVO SUPERBI DE SALLES
CORRÉU : GILMAR GOMES
CORRÉU : RENE EUSTAQUIO BARU
CORRÉU : DALTON DE PAULA SOUZA
CORRÉU : ANDERSON BERNARDES MARTINS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOSÉ EDSON MARTINS – preso temporariamente em 7/8/2019, sendo a custódia convertida em prisão preventiva no dia 27/8/2019, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 155, § 6º, 171 e 288, todos do Código Penal – contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.123101-8/000), que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 50):

EMENTA: HABEAS CORPUS - FURTO - INÉPCIA DA INICIAL ACUSATÓRIA - AFASTAMENTO - RECEBIMENTO DA DENÚNCIA - INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO - INOCORRÊNCIA - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PRISÃO FUNDAMENTADA NA GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - INSUFICIÊNCIA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO Não se vislumbra qualquer vício ou irregularidade formal a macular a denúncia, colhendo-se da peça inicial todos os requisitos legais. Concorrendo dois ou mais juízos igualmente competentes, o foro para processo e julgamento da ação penal será definido por prevenção, ou seja, será do juízo que tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa (art. 83 do CPP). Não há ilegalidade na decretação da prisão preventiva quando demonstrado, com base em fatos concretos, que a segregação é necessária para acautelar a ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta, em tese, praticada pelo paciente. As condições pessoais favoráveis do paciente, por si sós, não obstam a manutenção da prisão preventiva.

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, (i) inépcia da denúncia, por não ter conseguido demonstrar ao menos indícios de autoria do paciente nos delitos a

ele imputados; (ii) ausência dos requisitos legais autorizadores da prisão preventiva e falta de fundamentação concreta e idônea do decreto prisional; (iii) presença de condições pessoais favoráveis ao acusado; (iv) suficiência e adequação de medidas cautelares diversas da prisão (e-STJ fls. 3/49).

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da custódia cautelar, com expedição de alvará de soltura

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 323-326) e o Ministério Público Federal, previamente ouvido, manifestou-se pelo não conhecimento do presente *mandamus*, por meio de parecer assim ementado (e-STJ fl. 410):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. PROCESSO PENAL. CRIMES DE FURTO QUALIFICADO, RECEPÇÃO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 155, § 6º, ART. 171 E ART. 288, TODOS DO CÓDIGO PENAL). ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA, CALCADA NOS ELEMENTOS CONSTANTES DOS AUTOS. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DO FATO COMPROVADOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO DEMONSTRAÇÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA NO CASO. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS

É o relatório. **Decido.**

Verifica-se que a presente impetração objetiva desconstituir decreto de prisão preventiva.

Ocorre que, consoante informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal do Estado de Minas Gerais, foi concedida a liberdade provisória ao ora paciente, com a expedição do alvará de soltura em 6/3/2020. Ação Penal n. 0050166-27.2019.8.13.0521 :

<i>EXPEDIÇÃO</i>	<i>DE</i>	<i>- PARTE:</i>	<i>6/</i>
<i>ALVARÁ</i>	<i>DE</i>	<i>J.E.M.</i>	<i>3/2020</i>
<i>SOLTURA</i>			

Nesse contexto, fica sem objeto o presente *mandamus*.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.**

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator